

CIDADES FEMINISTAS: ESPAÇOS PARA A SUBALTERNIDADE

Resenha

Mariana Seffrin¹

KERN, Leslie. **Cidade Feminista: A luta pelo espaço em mundo desenhado por homens.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

O livro de Leslie Kern se apresenta como um ensaio provocativo sobre a relação de sujeitos subalternos, especialmente mulheres, com as cidades contemporâneas. O texto coloca em pauta a constituição das cidades como espaços hegemonicamente pensados por e para uma identidade de sujeito absoluto – homens cis, adultos, brancos, *pater familias*, pertencentes às camadas socioeconômicas média e alta –, desvelando como os espaços urbanos produzem mecanismos de controle sobre corpos subalternos. Concomitantemente, a autora produz um repertório das formas de resistência cívica ativa criadas por mulheres, pessoas racializadas, LGBTQIA+, pessoas portadoras de deficiência, etc., a fim de ocupar a cidade e produzir outras vivências e urbanidades possíveis, cidades feministas. Este acervo criado por Leslie Kern se apresenta como uma base possível de imaginação e de construção de cidades feministas, i.e., cidades mais acessíveis, amigáveis, aptas a serem habitadas, vividas e ocupadas por identidades divergentes.

Leslie Kern organiza o livro em cinco eixos, a saber: *Cidade das mães*; *Cidade das amigas*; *Cidade de uma*²; *Cidade de protesto*; e *Cidade do medo*. Em cada um desses capítulos a autora organiza uma coletânea de textos que, a partir das experiências vividas por corpos subalternos em cidades, pensa as limitações que a organização dos espaços urbanos exerce sobre corpos subalternos, especialmente femininos³, e como, individual e

¹ Formada em História – Licenciatura, especialista em Sociologia e mestre em Ciências Humanas; atualmente pesquisa a relação entre esfera pública virtual e subalternidade.

² No original, a autora usa a expressão anglófona *City of One*, que apresenta também uma conotação de solidão ou solitude, de alguém que vive, habita, experimenta a cidade sozinho.

³ A autora enfatiza constantemente que não somente os corpos femininos são considerados inadequados para a cidade e espaço público, mas todo corpo que diverge da identidade do sujeito absoluto. Esses sujeitos divergentes, pela sua posição nas relações de poder, podem ser caracterizados como subalternos. Procuo

coletivamente estas populações criaram formas de viver, de se proteger e de experimentar a cidade. Esses cinco eixos estão contidos entre dois textos: o primeiro, introdutório, chamado *Cidade dos homens*, se dedica a traçar um panorama da forma como as cidades se apresentam enquanto espaços masculinos, perigosos para mulheres, e que promovem segregação de gênero, de classe e de raça, e um texto final, de caráter conclusivo, chamado *Cidade de possibilidades*, que procura tecer um cenário de ações possíveis para a superação do modelo de urbanidade patriarcal, considerando especialmente que uma cidade feita para homens não se manifesta na existência simbólica de obeliscos, mas nas possibilidades de estar e existir no espaço público.

Esse livro é um grande compilado de reflexões propostas a partir das descrições de experiências subalternas, especialmente femininas, nas cidades, procurando pensar o espaço, sua constituição, quais são as intervenções intencionais feitas sobre ele, qual o papel das mulheres e outras identidades subalternas na elaboração dos projetos urbanos, execução e ocupação/utilização desse espaço a partir de uma epistemologia geográfica feminista. A relação entre as cidades, tão caracterizadas pelo uso coletivo dos espaços públicos, e as mulheres, historicamente ligadas e constringidas ao espaço doméstico e privado, é de animosidade: a existência pública constitui uma ameaça à condição feminina da domesticidade. As mulheres que habitam a urbe são divididas em dois grupos distintos: aquelas que precisam ser protegidas “dos perigos” da cidade (ameaças à sua segurança física, à sua condição de esposa, mãe, filha, à sua respeitabilidade, etc.) e aquelas que representam um “perigo” (mulheres trabalhadoras, negras, mães solteiras, trabalhadoras sexuais, ou seja, qualquer mulher desviante do modelo branco e burguês). A rua é o espaço da mulher pública – da prostituta –, lugar que a mulher respeitável não pode livremente habitar. A cidade se apresenta como uma ameaça à castidade feminina. A peça *La Ronde* (1897), de Arthur Schnitzler, descreve vários encontros sexuais entre casais que trocam de parceiros, à moda de uma quadrilha (como o nome da peça evidencia); vários destes encontros são possibilitados pela vida urbana dos seus personagens, cuja metade é composta de mulheres: o teatro, o restaurante, o hotel, o baile, a rua.

A tensão entre a ocupação do espaço público e privado e o lugar que cabe às mulheres nesse espaço é uma preocupação da autora ao longo de todo o livro. Ela destaca as constantes construções de barreiras físicas, morais e emocionais, a fim de impedir as

ênfase isto ao longo do texto, marcando os contextos em que a autora se refere especialmente ou exclusivamente aos corpos femininos.

mulheres de estar no espaço urbano, de usufruírem da cidade, bem como da construção de ambientes projetados para garantir a segregação das mulheres brancas de classe média, tais como o subúrbio, a loja de departamentos, o shopping, o condomínio (não por acaso, estes espaços tem traços que os mantêm no limiar entre espaço privado e público). Ao mesmo tempo em que eles se apresentam e se publicizam como espaços seguros, reforçam a função social dada às mulheres historicamente – mãe, esposa, filha – e o associam à função moderna de consumidora, que, segundo a autora, é o papel designado às mulheres brancas de classe média/alta, dentro da lógica de produção industrial capitalista. Kern reforça que os subúrbios foram construídos também com a intenção de criar um espaço de difícil acesso para as populações negras, que, no pós-guerra, iniciam um processo massivo de imigração para as grandes cidades do norte estadunidense.

As cidades são projetadas intencionalmente para a ocupação de corpos padronizados a partir do homem adulto, cis, branco, física e politicamente: os espaços são projetados para o tamanho e constituição média de um homem adulto e as políticas de transporte, saúde, segurança para o cotidiano e a vida comum do mesmo. As barreiras que se impõem às mulheres brancas se ampliam e se multiplicam em barreiras para todas as populações subalternas, num constante lembrete de que o espaço público e a cidade não são espaços abertos a todos. Estas barreiras se revelam primeiramente no funcionamento do transporte público – que não é amplamente preparado para receber mães de bebês pequenos, crianças, idosos, pessoas com obesidade ou portadoras de deficiência, cujas rotas podem não incluir certos bairros e não levam em consideração as necessidades de pessoas encarregadas de cuidados (na sua maioria mulheres). Mas elas se desdobram na falta de políticas eficazes de segurança pública, ou na presença massiva de forças policiais e de vigilância em determinados lugares da cidade (que tornam esses lugares perigosos para pessoas racializadas) e pela falta de uma estrutura estatal de apoio às mulheres, mães e cuidadoras (sabendo que trabalhos reprodutivos e de cuidados são extremamente desgastantes e demandam uma jornada extensa).

As barreiras que impedem a ocupação da cidade por mulheres e outros corpos subalternos também se manifestam emocional e moralmente: seja estabelecendo quais são os horários, lugares, formas de existir apropriados para corpos femininos nas cidades, seja criando um medo exacerbado do espaço público. A autora lembra que no caso de mulheres, e também no caso de pessoas LBTQIA+, o espaço doméstico ou privado é frequentemente o espaço de violência física, sexual e de abuso e que os agressores são

mais comumente pessoas da família ou conhecidos. Ainda assim, o medo de estupro, de espancamento e assassinato geralmente se confundem com o medo da cidade, ainda que estes eventos ocorram principalmente em espaços privados. A construção social da cidade como um lugar perigoso para as mulheres reforça o seu não pertencimento e constitui mais um impedimento para a ocupação do espaço público e da sua agência como corpo político. A respeito destas considerações da autora, ponderamos que, ainda que o espaço privado seja o catalisador de grande parte da violência cometida contra corpos femininos, quando estes se inserem no espaço público e apresentam uma ameaça à hegemonia do sujeito considerado universal, eles são penalizados violentamente. Veronica Gago (2020) aponta que, após a série de greves femininas realizadas nos últimos anos na Argentina, seguiu-se uma escalada na violência contra as mulheres. Os casos de assassinato de Marielle Franco, das irmãs Mirabal, mulheres ativamente envolvidas em processos políticos, e tantas outras, são exemplares.

Para além de ser um espaço de medo, a cidade também se constitui como um espaço de liberdade e de possibilidades, em especial quando comparada aos ambientes criados artificialmente para a segregação dos corpos femininos. Para a autora, ainda que esta liberdade esteja relacionada à rede de serviços oferecidas pelas cidades, a liberdade se expressa especialmente através da exploração dos limites impostos às mulheres, que ocorre principalmente através do tripé: amizade, protesto, solitude.

As amizades femininas são descritas por Leslie Kern como fontes potenciais de resistência e da construção de modos coletivos de vida e de cidadania. A amizade feminina cria laços de solidariedade, ajuda mútua, segurança, familiares e afetivos. Grupos de amigas criam ambientes seguros para explorar as cidades, as ruas, a vida noturna, a sexualidade, etc., funcionam como escudos, ainda que frágeis, contra a invasão do espaço pessoal das mulheres, contra o assédio e a violência. Permitem um espaço de trocas afetivas, de acolhimento e de cuidado, além de produzir formas coletivas de realizar trabalhos reprodutivos (aliviando a jornada intensa de trabalho feminina). E se apresentam como configurações familiares complementares ou alternativas para mulheres LGBTQIA+ que perderam contato com suas famílias, mulheres imigrantes etc., e, ainda, podem formar relações afetivas mais duráveis e estáveis do que relacionamentos românticos/sexuais. A adolescência e juventude da autora são apresentadas como momentos críticos da construção da sua relação com a cidade e a amizade com outras mulheres permitiu que ela esboçasse os primeiros passos de rebeldia e independência, em

jornadas exploratórias da cidade, das ruas, da noite, da alteridade, e em grande medida da própria identidade.

A relação entre rebeldia e amizade feminina se revela também em formas insurrecionais de manifestação política: construção de coletivos políticos subalternos, de redes de solidariedade, de protestos, etc., essas configurações de socialização feminina criam novas formas de existir nas cidades e tencionam os lugares e papéis determinados para mulheres, negros, lésbicas, portadores de deficiência, etc., que se organizam para reclamar o seu lugar no espaço público e políticas públicas que garantam a sua existência plena e segura nas cidades. Assim como Kern, Gago (2020) e Arruzza (2019) ainda pontuam que as greves, coletivos e manifestações feministas criam repertórios de ação política e novas formas de viver. É especialmente neste sentido que as manifestações políticas são um poderoso meio de imaginar e de, ainda que em pequena escala, criar cidades feministas.

A solidude é apresentada como uma possibilidade ambivalente. Ainda que as cidades ofereçam infraestrutura para que as mulheres possam viver/estar sozinhas, uma mulher desacompanhada é lida como um convite. Estar no espaço público sem a companhia de alguém, especialmente do sexo masculino, torna a mulher equivalente a um bem público: ela pode ser abordada, incomodada, tocada, violentada⁴. O caráter público do corpo feminino se intensifica no caso de um corpo gestante ou de uma mãe: ao toque e da companhia não solicitados e por vezes indesejados, soma-se o controle e vigilância constante da alimentação, da atenção, das normas sociais de vestimenta, etc. Ainda, a constante exigência de cuidados, e a emergência de uma forma de maternidade “intensiva”, demandam uma constante atenção feminina às demandas emocionais alheias; aqui a solidude é uma expressão de liberdade (estar livre do trabalho emocional) muitas vezes negada pela intensa e crescente demanda do trabalho feminino, que se multiplica em dois ou três turnos.

Um dos eixos centrais de debate, que perpassam toda a obra são os processos de gentrificação e como eles atingem corpos femininos e subalternos. Mães solo, mulheres lésbicas, mulheres racializadas, portadoras de deficiência e mulheres pobres são especialmente atingidas pela reconfiguração dos espaços urbanos. Com rendas menores

⁴ O assassinato das argentinas Maria José Coni e Marina Menegazzo, que viajavam pela América do Sul, e que foi reportado pela mídia como um “assassinato de mulheres que viajam sozinhas” é um exemplo infame.

elas são empurradas pelos aumentos de aluguéis e dos meios de vida, tendo que lidar com a crescente precarização dos serviços públicos em periferia e com ambientes insalubres. E neste sentido, a autora não é insensível às contradições presentes na demanda feminista por segurança pública e acesso à cidade: os processos de gentrificação também são resultado do aumento de políticas públicas e privadas voltadas às mulheres brancas de classe média (a autora também reforça que o aumento da vigilância policial resultou na diminuição da violência contra mulheres brancas, mas no aumento da violência e do encarceramento de mulheres e homens racializados).

O texto é particularmente eficaz em evocar experiências que, ainda que sejam relatos individuais de situações vividas pela autora, suas companheiras, amigas, etc., são experiências compartilhadas por uma grande parcela da coletividade de mulheres, pessoas do espectro LGBTQIA+, pessoas pobres, portadoras de deficiência e racializadas. Elas ecoam a minha experiência pessoal, como mulher, branca, mãe, nascida e criada em uma cidade pequena do interior catarinense – uma realidade muito distante e diferente daquela da autora, canadense de Toronto. O livro traz uma infinidade de lembranças e identificações: da relação entre maternidade e cidades não preparadas para atender às necessidades de mães lactantes e bebês recém nascidos, de oferecer espaços de convivência e de lazer seguros e acessíveis para mães e crianças pequenas; da experiência da violência e do assédio; da experiência da amizade feminina e da construção da rebeldia, durante a adolescência e vida adulta. E, especialmente, da cidade como espaço de disputa política e de resistência dos corpos femininos e subalternos que se recusam a permanecer em seus lugares designados e que reclamam a cidade e o espaço público

SOBRE A AUTORA

Leslie Kern é uma geógrafa canadense, graduada pela University of Toronto, e com PhD em Women's Studies pela York University. Pesquisa especialmente a relação entre urbanidades, gênero e feminismo interseccional. Atua como professora de Geografia e Meio Ambiente e como diretora de Estudos Femininos e de Gênero na Mount Allison University.

Autora dos livros: *Feminist City: Claiming Space in a Man-Made World*; *Revitalized City: Gender, Condominium Development and Urban Citizenship*; e está



lançando, no Brasil, pela editora Oficina Raquel, o livro *Cidade Feminista: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens*.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. Boitempo Editorial, 2019.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. 1ª edição. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

KERN, Leslie. **Feminist City: A Field Guide**. Toronto: BTL Books, 2019.